

Videolar-Innova
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Videolar-Innova S.A.
Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar - Innova S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar - Innova S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Videolar-Innova S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	48.726	20.238	Empréstimos e financiamentos	17	326.641	333.598
Contas a receber	9	414.846	315.247	Fornecedores	18	289.435	204.993
Instrumentos financeiros	29	20.672	15.906	Obrigações com pessoal e encargos sociais		29.307	27.700
Estoques	10	246.436	239.198	Obrigações fiscais		8.521	7.534
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	26.c	2.107	2.560	Royalties a pagar		-	4.742
Impostos a recuperar	11	16.551	23.428	Outras obrigações		25.294	18.574
Outras contas a receber	12	4.231	2.607			<u>679.198</u>	<u>597.141</u>
Adiantamento a fornecedores		283	19.668				
Despesas antecipadas		3.517	2.800				
		<u>757.369</u>	<u>641.652</u>				
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.a	231.193	214.953	Empréstimos e financiamentos	17	457.559	850.686
Contas a receber	9	14.224	-	Provisão para contingências	19	18.606	20.559
Impostos a recuperar	11	15.211	13.333	Outras obrigações		10.306	10.211
Outras contas a receber	12	7.887	10.277			<u>486.471</u>	<u>881.456</u>
Depósitos judiciais	19	22.594	31.963				
		<u>291.109</u>	<u>270.526</u>				
				Patrimônio líquido			
Propriedade para investimento	14	185.312	162.059	Capital social	20.a	686.832	686.832
Imobilizado	15	1.136.803	1.200.468	Reservas de incentivos fiscais	20.e	672.794	350.168
Intangível	16	320.470	353.853	Reserva legal	20.c	25.655	6.427
		<u>1.642.585</u>	<u>1.716.380</u>	Reservas de lucros	20.f	42.943	-
				Ajuste de avaliação patrimonial	20.b	97.170	106.534
						<u>1.525.394</u>	<u>1.149.961</u>
		<u>2.691.063</u>	<u>2.628.558</u>	Patrimônio líquido		<u>1.525.394</u>	<u>1.149.961</u>
						<u>2.691.063</u>	<u>2.628.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	21	2.048.888	1.130.130
Custo dos produtos vendidos	22	<u>(1.612.013)</u>	<u>(959.190)</u>
Lucro operacional bruto		436.875	170.940
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas		(1.907)	(1.536)
Despesas administrativas	23	(222.575)	(84.709)
Resultado de equivalência patrimonial	13	-	119.347
Realização de mais valia		(31.683)	(17.580)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>31.766</u>	<u>5.412</u>
		<u>(224.399)</u>	<u>20.934</u>
Receitas financeiras	25	41.604	54.117
Despesas financeiras	25	(84.083)	(89.471)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	25	<u>205.517</u>	<u>(451.697)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		163.038	(487.051)
Resultado antes dos impostos		375.514	(295.177)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.b	<u>9.038</u>	<u>368.709</u>
Lucro do exercício antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>384.552</u>	<u>73.532</u>
Reversão de juros sobre capital próprio		<u>-</u>	<u>(1.097)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>384.552</u>	<u>72.435</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	384.552	72.435
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	384.552	72.435
Resultado abrangente atribuível aos Acionistas controladores	<u>384.552</u>	<u>72.435</u>
Resultado abrangente total	<u><u>384.552</u></u>	<u><u>72.435</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	555.381	78.733	2.805	-	-	(26.253)	610.666
Aumento de capital por incorporação	131.451	-	-	-	-	-	131.451
Reserva de incentivos fiscais por incorporação	-	-	-	307.363	-	-	307.363
Ajuste de avaliação patrimonial - Incorporação L.Parisotto	-	28.046	-	-	-	-	28.046
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(245)	-	-	-	245	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	72.435	72.435
Constituição de reserva legal	-	-	3.622	-	-	(3.622)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	42.805	-	(42.805)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	686.832	106.534	6.427	350.168	-	-	1.149.961
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	384.552	384.552
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(9.119)	-	-	-	-	(9.119)
Realização de ajustes patrimonial	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal (nota 20.c)	-	-	19.228	-	-	(19.228)	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais (nota 20.e)	-	-	-	322.626	-	(322.626)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 20.f)	-	-	-	-	42.943	(42.943)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	686.832	97.170	25.655	672.794	42.943	-	1.525.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido do exercício		384.552	72.435
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciação e amortização	15	78.285	60.223
Realização de mais valia		31.683	14.189
Imposto de renda diferido e corrente		(9.038)	(377.320)
Baixa do ativo imobilizado e intangível		80.477	23.723
Resultado de equivalência patrimonial	13	-	(119.347)
Provisão para contingências	19	(1.953)	(72.373)
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	1.485	3.156
Provisões para obsolescência	10	(2.059)	(4.541)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		(163.113)	454.941
		<u>400.319</u>	<u>40.897</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Duplicatas e títulos a receber		(117.968)	104.308
Estoques		(12.810)	106.257
Impostos a recuperar		5.452	(4.431)
Outros		23.437	186.846
		<u>(101.889)</u>	<u>392.980</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		116.188	(50.980)
Investimentos a pagar		-	(133.784)
Royalties a pagar		(4.742)	(7.110)
Salários e encargos sociais		1.607	2.730
Cessão de direitos autorais		-	(3.174)
Outros		7.802	(146.447)
		<u>120.855</u>	<u>(338.765)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		<u>419.285</u>	<u>95.112</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado		(98.798)	(112.639)
Aquisições de intangível		(3.289)	(29)
Dividendos recebidos		-	99.702
Ajuste de inventário		-	10.410
Caixa proveniente de incorporação		-	63.147
Baixa de investimento por incorporação		-	(471.799)
Propriedade para investimento		(23.253)	-
Recursos líquidos das provisões das atividades de investimento		<u>(125.340)</u>	<u>(397.019)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos		97.874	207.972
Pagamento de financiamentos e juros		(363.331)	(493.024)
Aumento de capital por incorporação		-	131.451
Ajuste de avaliação patrimonial		-	28.046
Reserva de incentivo fiscal		-	307.363
		<u>(265.457)</u>	<u>181.808</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento		<u>(265.457)</u>	<u>181.808</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		<u>28.488</u>	<u>(120.099)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.238	140.337
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>48.726</u>	<u>20.238</u>
Varição no caixa e equivalentes no exercício		<u>28.488</u>	<u>(120.099)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Taruma, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno e Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Em 31 de outubro de 2014, com a aquisição de 60% de participação acionária da Innova S.A. (“Innova”), que pertencia a Petroleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), a Companhia se consolida no segmento Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2015 a Videolar S.A. efetiva formalmente a incorporação da Innova e a Companhia passa a se chamar Videolar-Innova S.A.

Após a reorganização societária a Companhia passou a contar com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas e uma em Triunfo no Rio Grande do Sul, passando a ser líder de mercado de Poliestireno no país.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
- **Nota 15** - Ativo imobilizado - revisão da vida útil
- **Nota 19** - Provisões para contingências
- **Nota 26** - Imposto de renda e contribuição social diferido.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- As propriedades para investimento são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **6.1** - Combinação de negócios
- **6.2** - Receita operacional
- **6.3** - Subvenção e assistências governamentais
- **6.4** - Receitas e despesas financeiras
- **6.5** - Moeda estrangeira
- **6.6** - Imposto de renda e contribuição social
- **6.7** - Estoque

- 6.8 - Imobilizado
- 6.9 - Intangível
- 6.10 - Propriedade para investimento
- 6.11 - Instrumentos financeiros
- 6.12 - Redução ao valor recuperável - Impairment
- 6.13 - Provisões
- 6.14 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas

6.1 Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

6.2 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Incentivos fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa 28, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

6.3 Subvenção e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar-Innova é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

a. **ICMS**

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS foram contabilizados no resultado do exercício, em contra partida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 95.772 (R\$ 77.144 em 2015), conforme nota explicativa 28.

b. **FUNDOPEM-Subvenção para investimentos**

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS – Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS – Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12. A concessão do benefício à Companhia foi por meio de Decretos 52.972 e 52.973, ambos de 31 de março de 2016.

O benefício obtido resulta no crédito presumido de até 30% do saldo devedor mensal do ICMS, limitado a 100% dos investimentos realizados (contra partida) ou o prazo de 8 anos, a partir de fevereiro de 2016, o que ocorrer primeiro.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamental” para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia.

c. **Imposto de renda**

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com o Decreto-Lei nº 756 de 1969.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

d. **IPI**

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

e. **PIS / Cofins**

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3o e 4o.

f. **Imposto de importação**

Imposto de renda - MP no 2.199-14 artigo 1o, IN no 217, de 9 de outubro de 2002, e com nova redação pela Lei no 11.196, de 2005 artigo 32.

6.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

6.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras e que devem ser aplicadas quando os respectivos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

6.7 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

6.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) *Custos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iv) *Depreciação*

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2016	2015
Informática	5	5
Benfeitorias/instalações	10	10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Outros	20	20

6.9 Intangível

(i) *Ágio*

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

(ii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Amortização*

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Marcas e patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

6.10 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

6.11 Instrumentos financeiros

A Videolar-Innova classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Videolar-Innova em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Videolar-Innova tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo e de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Método da taxa efetiva de juros

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “Swap”

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(iv) Capital Social

Ações ordinárias

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

6.12 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a companhia, em condições que a companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de impairment inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são, então, avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida para o resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

6.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

Receita de Contratos com Clientes - CPC 47

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A Programas de Fidelidade com o Cliente.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com os CPC's.

A Companhia não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A Companhia não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 9 em suas demonstrações financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 16 em suas demonstrações financeiras.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas - e ao CPC 18 Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) *Propriedade para investimento*

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento da Companhia a cada ano.

(ii) *Imobilizado*

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(iii) *Ativos intangíveis*

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

(iv) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(v) *Outros passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	4.041	3.459
Aplicação financeira	44.685	16.779
	<u>48.726</u>	<u>20.238</u>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações compromissadas de curtíssimo prazo (liquidez diária) foram remuneradas, em média, a 65,0% do CDI. As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 99,5% do CDI (99,0% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e foram mensuradas ao valor justo, em contrapartida do resultado. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Clientes	472.132	356.705
Partes relacionadas (nota 27)	<u>4</u>	<u>123</u>
	472.136	356.828
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(43.066)</u>	<u>(41.581)</u>
	429.070	315.247
Ativo circulante	414.846	315.247
Ativo não circulante	14.224	-

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para atendimento a eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a análise individual dos devedores e cuja inadimplência supera 180 dias, conforme demonstrado no quadro de aging abaixo:

	2016	2015
Valores a vencer	418.919	306.341
Valores Vencidos		
até 30 dias	5.815	8.401
de 31 a 60 dias	3.950	1.722
de 61 a 90 dias	135	41
de 91 a 180 dias	883	1.138
Acima de 181 dias	<u>42.434</u>	<u>39.185</u>
Total Vencido	53.217	50.487
Contas a receber	472.136	356.828

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2016	2015
Saldo no início do ano	41.581	18.248
Adição por incorporação	-	20.177
Complemento de provisão no exercício	4.993	4.783
Valores baixados da provisão	<u>(3.508)</u>	<u>(1.627)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>43.066</u>	<u>41.581</u>

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes finais da Companhia ser altamente diversificada. A Companhia possui mais de 250 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 15% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

10 Estoques

	2016	2015
Matéria-prima	90.985	104.268
Produtos em elaboração	50.101	25.694
Produtos acabados	82.942	92.051
Embalagens	2.741	2.135
Outros materiais	6.274	15.050
Importação em andamento	<u>13.393</u>	<u>-</u>
	<u>246.436</u>	<u>239.198</u>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2016	2015
Saldo do início do ano	(3.298)	(7.839)
Complemento de provisão	(937)	(2.643)
Valores baixados de provisão	<u>2.996</u>	<u>7.184</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.239)</u>	<u>(3.298)</u>

Os itens de estoque sem saída há mais de noventa dias são considerados obsoletos e passam a compor o saldo da provisão. No exercício de 2016, os principais itens provisionados foram da linha de Mídias Virgens, BOPP, Chapas, PP Cast, Tampas e ABS.

11 Impostos a recuperar

	2016	2015
ICMS a recuperar	11.889	12.477
PIS/COFINS a recuperar	755	1.925
PIS/COFINS processo fiscal (i)	15.211	13.333
IRRF a compensar	1.099	7.446
IPI a recuperar	1.643	1.580
Outros	1.165	-
	<u>31.762</u>	<u>36.761</u>
Ativo circulante	<u>16.551</u>	<u>23.428</u>
Ativo não circulante	<u>15.211</u>	<u>13.333</u>

- (i) A Companhia obteve sentença favorável do processo 0060657.83.2013.4.01.0000 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo esta transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 15.211 (R\$ 13.333 em 31 de dezembro de 2015).

12 Outras contas a receber

	2016	2015
Custos a amortizar (i)	2.681	2.607
Outros adiantamentos	830	-
Sinistros a receber	361	-
Outras contas a receber	359	-
	<u>4.231</u>	<u>2.607</u>
Ativo circulante	<u>4.231</u>	<u>2.607</u>
Custos a amortizar (i)	7.596	10.277
Outras contas a receber	291	-
	<u>7.887</u>	<u>10.277</u>
Ativo não circulante	<u>7.887</u>	<u>10.277</u>

- (i) A Companhia teve custos com as instituições financeiras, na estruturação dos contratos de empréstimos para aquisição da Innova. Esse custo foi contabilizado no curto e longo prazo, e será amortizado junto com os pagamentos dos contratos de financiamento.

13 Participação em controladas

a. Equivalência patrimonial

	Part. %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Participação do grupo nos lucros/ (prejuízos)
AMZ Mídia Indl. S.A. (i)	100%	57.288	13.037	70.326	6.521	212	63.592	70.326	12.119	(976)	11.143	11.143
Innova S.A. (ii)	60%	<u>489.612</u>	<u>333.456</u>	<u>823.068</u>	<u>144.556</u>	<u>14.722</u>	<u>663.790</u>	<u>823.068</u>	<u>1.124.196</u>	<u>(943.856)</u>	<u>180.340</u>	<u>108.204</u>
31 de dezembro de 2015		<u><u>546.900</u></u>	<u><u>346.493</u></u>	<u><u>893.394</u></u>	<u><u>151.077</u></u>	<u><u>14.934</u></u>	<u><u>727.382</u></u>	<u><u>893.394</u></u>	<u><u>1.136.315</u></u>	<u><u>(944.832)</u></u>	<u><u>191.483</u></u>	<u><u>119.347</u></u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2015 a AMZ Mídia Industrial S.A. foi incorporada pela Videolar. O saldo de equivalência patrimonial registrado até a data da incorporação foi de R\$ 11.143.
- (ii) Em 30 de setembro de 2015 a Innova S.A. foi incorporada pela Videolar. O saldo de equivalência patrimonial registrado até a data da incorporação foi de R\$ 108.204.

14 Propriedade para Investimento

	2016	2015
Terrenos e edificações	185.312	155.813
Instalações industriais	-	4.655
Máquinas e equipamentos	-	1.591
Saldo em 31 de dezembro	185.312	162.059

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 31 de dezembro de 2016.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	162.059	24.009
Reclassificação de imobilizado para propriedade para investimento	23.253	-
Adição por incorporação – L. Parisotto	-	138.050
Total	185.312	162.059

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

15 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conjuntos de Reposição	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Processamento de Dados	Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão para perda Impairment (nota 16.1)	Imobilizado em Andamento (nota 16.2)	Importação em Andamento	Spare Parts Imobilizado em Andamento	Mais Valia Imobilizado	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2014	82.967	216.640	307.430	-	127.298	13.549	16.396	509	30.079	1.085	(20.239)	213.894	30.222	17.515	-	1.037.345
Adições	-	-	306	-	-	174	120	-	49	35	-	37.773	64.972	9.210	203.479	316.118
Incorporação	2.056	58.130	484.566	-	5.626	1.734	5.800	225	-	-	-	20.023	-	-	-	578.160
Baixa	-	(2.231)	(2.231)	-	-	(65)	(843)	(28)	(356)	(1)	13.944	(1.546)	(34.437)	-	-	(25.563)
Aj. Inventário	-	1.068	5.402	-	(4.964)	3	(391)	15	(3.767)	7	-	(993)	-	-	-	(3.620)
Transferência	-	-	166.085	-	38.393	21	421	-	3.814	18	-	(150.611)	(60.757)	-	-	(2.616)
Saldos 31 de dezembro de 2015	85.023	275.838	961.558	-	166.353	15.416	21.503	721	29.819	1.144	(6.295)	118.540	-	26.725	203.479	1.899.824
Adições	-	641	5.326	305	-	55	126	-	39	19	(12.093)	104.377	-	27.371	-	126.166
Baixa	8.624	(31.877)	(6.913)	-	-	(25)	(583)	(497)	-	-	-	(56.410)	-	(19.740)	-	(107.421)
Transferência	-	9.932	86.150	-	302	93	468	3.938	2.052	-	-	(102.935)	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2016	93.647	254.534	1.046.121	305	166.655	15.539	21.514	4.162	31.910	1.163	(18.388)	63.572	-	34.356	203.479	1.918.569
Depreciação																
Saldos 31 de dezembro de 2014	-	(40.876)	(167.227)	-	(42.019)	(11.393)	(15.414)	(421)	(24.761)	(1.030)	-	-	-	-	-	(303.141)
Depreciação do exercício	-	(7.796)	(26.299)	-	(11.194)	(343)	(547)	(30)	(844)	(10)	-	-	-	-	(3.282)	(50.345)
Incorporação	-	(36.415)	(296.147)	-	(3.844)	(1.134)	(4.014)	(147)	-	-	-	-	-	-	-	(341.701)
Ajuste Inventário	-	215	(5.089)	-	(812)	(16)	(54)	(18)	(438)	(16)	-	-	-	-	-	(6.228)
Baixa	-	-	1.177	-	-	56	811	14	-	1	-	-	-	-	-	2.059
Saldos 31 de dezembro de 2015	-	(84.872)	(493.585)	-	(57.869)	(12.830)	(19.218)	(602)	(26.043)	(1.055)	-	-	-	-	(3.282)	(699.356)
Depreciação do exercício	-	(9.332)	(51.508)	-	(13.762)	(415)	(725)	(545)	(190)	(10)	-	-	-	-	(13.128)	(89.615)
Baixa	-	-	6.597	-	-	24	584	-	-	-	-	-	-	-	-	7.205
Saldos 31 de dezembro de 2016	-	(94.204)	(538.496)	-	(71.631)	(13.221)	(19.359)	(1.147)	(26.233)	(1.065)	-	-	-	-	(16.410)	(781.766)
Valor residual																
Saldos 31 de dezembro de 2016	93.647	160.330	507.625	305	95.024	2.318	2.155	3.015	5.677	98	(18.388)	63.572	-	34.356	187.069	1.136.803
Saldos 31 de dezembro de 2015	85.023	190.966	467.973	-	108.484	2.586	2.285	119	3.776	89	(6.295)	118.540	-	26.725	200.197	1.200.468
Saldos 31 de dezembro de 2014	82.967	175.764	140.203	-	85.279	2.156	982	88	5.318	55	(20.239)	213.894	30.222	17.515	-	734.204
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	195.864	180.033	-	73.054	2.715	1.477	146	6.115	71	(45.623)	234.609	27.553	20.441	-	796.111
Taxa média de depreciação anual	0,00%	3,34%	6,06%	0,00%	9,76%	7,96%	16,28%	19,34%	11,00%	6,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,28%

A Companhia ofereceu o imóvel da Unidade I, situado na Avenida Torquato Tapajós, do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica da unidade de produção de filme de polipropileno bi-orientado (BOPP). O montante oferecido em garantia foi de R\$ 314.835.

15.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados, o montante de R\$ 18.388 é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2016	2015
Máquinas e equipamentos	11.557	5.262
Moldes e ferramentas	2.009	78
Outros	1.035	865
Peças de reposição	3.787	90
	<u>18.388</u>	<u>6.295</u>

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, ao final de cada exercício.

15.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 63.572 (R\$ 118.540 em 31 de dezembro de 2015), e estavam substancialmente representadas pela linha 3 BOPP (R\$ 51.058), melhorias das plantas de PS, ES e EB (R\$ 1.715) e modernização PS - upgrade da central de controle (R\$ 1.332). Foram imobilizados o montante de R\$ 55.609 da Planta EPS (Poliestireno Expandido).

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção e atualização do parque fabril, cuja previsão de entrada em operação é o segundo semestre de 2017, são capitalizados como parte do custo do projeto. Os custos do empréstimo capitalizado a ativar, e contabilizados até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 6.821 (R\$ 25.065 em 31 de dezembro de 2015). Todos os demais custos de empréstimos não relacionados à aquisição de ativo imobilizado foram registrados como despesa no período.

16 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	Mais Valia	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2014	<u>11.272</u>	<u>16.908</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.180</u>
Adições	29	-	243.866	106.279	350.174
Incorporação	5.789	241	-	-	6.030
Baixas	-	(219)	-	-	(219)
Transferência	2.617	-	-	-	2.617
Ajuste de Inventário	(753)	-	-	-	(753)
Saldos 31 de dezembro de 2015	<u>18.954</u>	<u>16.930</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>386.029</u>
Adições	998	2.293	-	-	3.291
Saldos 31 de dezembro de 2016	<u>19.952</u>	<u>19.223</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>389.320</u>
Amortização					
Saldos 31 de dezembro de 2014	<u>(5.985)</u>	<u>(13.913)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.898)</u>
Amortização do exercício	(1.156)	(2)	-	(8.719)	(9.877)
Incorporação	(2.591)	-	-	-	(2.591)
Ajuste de Inventário	190	-	-	-	190
Saldos 31 de dezembro de 2015	<u>(9.542)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(8.719)</u>	<u>(32.176)</u>
Amortização do exercício	(1.798)	-	-	(34.876)	(36.674)
Saldos 31 de dezembro de 2016	<u>(11.340)</u>	<u>(13.915)</u>	<u>-</u>	<u>(43.595)</u>	<u>(68.850)</u>
Valor residual					
Saldos 31 de dezembro de 2016	8.612	5.308	243.866	62.684	320.470
Saldos 31 de dezembro de 2015	9.412	3.015	243.866	97.560	353.853
Saldos 31 de dezembro de 2014	5.287	2.995	-	-	8.282
Taxa média de Amortização anual	19,13%	19,13%	0,00%	0,00%	19,13%

16.1 Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados. Os ativos vinculados à aquisição da Innova S.A. que tem vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

16.2 Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	<u>(217.972)</u>
Ágio na aquisição	243.866

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.

Outro ponto de destaque é o projeto de expansão para construção de uma segunda planta de Estireno. Ela possibilitará aumentar a participação da Videolar-Innova no mercado de estireno, ainda deficiente no Brasil.

17 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	2016	2015
Banco do Brasil - FINIMP	(i) Libor USD + 1,50% a.a.	Aval	28/03/2016	-	84.503
Banco do Brasil - FINIMP	(i) 2,15% a.a.	Aval	15/06/2016	-	58.026
Banco do Brasil - FINIMP	(i) 3,15% a.a.	Aval	13/01/2017	48.529	-
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor EUR + 3,25% a.a.	Nota Promissória	22/07/2021	41.691	116.791
BNDES Contrato I	(iii) TJLP + 2,12% a.a.	Imóveis	15/10/2017	13.010	27.609
BNDES Contrato II	(iii) TJLP + 2,42% a.a.	Imóveis	15/06/2020	21.629	28.232
Debêntures	(iv) VC + 4,96% a.a.	Aval + Alien. Fiduc.	20/10/2020	346.130	466.665
Banco Citibank	(v) Libor USD + 3,50% a.a.	Aval + Alien. Fiduc.	25/09/2020	310.042	393.908
Diversos - Adto s/ Cambiais Entregues	(vi) 1,97% a 2,35% a.a.	Duplicatas	12/08/2016	-	4.997
Banco Bradesco - FINAME	(vii) 14,63% a.a.	Alienação Fiduciária	15/12/2020	3.169	3.553
				784.200	1.184.284
Passivo Circulante				326.641	333.598
Passivo Não Circulante				457.559	850.686

- (i) A Companhia detém um contrato junto ao Banco do Brasil referente a financiamento para aquisição de matéria-prima (FINIMP) utilizada no processo produtivo de Resinas Plásticas.

Ao longo de 2016, a Companhia quitou três contratos FINIMP nos valores de USD 6.108 e USD 15.407 (vencimentos em 28/03/2016) e USD 14.847 (vencimento em 15/06/2016).

- (ii) A Companhia possui contrato de linha de crédito internacional firmado com o Banco Bradesco Europa destinado a aquisição de máquinas e equipamentos cuja taxa de juros é de Libor EUR + 3,25% a.a.. O financiamento é composto por diversos desembolsos parciais com prazo máximo de 60 meses, os quais se iniciaram em fevereiro de 2011 e contaram com carência de 6 meses para juros e de 24 meses para pagamento do principal. Em 2016 foi liberado o 26º desembolso que somou o valor total de EUR 744 e foi realizado em agosto de 2016.
- (iii) No exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. O contrato prevê remuneração composta pela Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,12% a.a..

Em 2012, nova linha de crédito junto ao BNDES no montante de R\$ 30.100 foi disponibilizada, com remuneração composta da Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,42% a.a..

Esses financiamentos contam com carência de dois anos para pagamento do principal e amortização em 66 meses e tiveram como finalidade a expansão e a construção de uma unidade industrial para produção dos filmes de Polipropileno Bi-orientado (BOPP), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somam o valor de R\$ 314.835.

- (iv) Em 07 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples*, no valor de R\$ 300.000, com data de emissão em 25 de outubro de 2014 e vencimento em 25 de Outubro de 2020. As debêntures são corrigidas pelo fator de variação cambial de reais por dólares dos Estados Unidos da América (PTAX800, opção 5) e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios de 4,96% a.a., pagos em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão. A amortização do principal se dará em 9 (nove) parcelas, também semestrais e consecutivas, sendo que a primeira venceu em 25 de outubro de 2016.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A.

Ao final de cada exercício, desde 2014, o contrato possui obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de Dívida Financeira Líquida dividida por EBITDA e o índice de Dívida Total dividida pelo Patrimônio Líquido.

- (v) Em 23 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Citibank contrato de crédito no valor de USD 100.004 e vencimento em 25 de Setembro de 2020. O contrato prevê remuneração com taxa de juros de Libor USD + 3,50% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e carência de dois anos para pagamento de principal.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A..

O contrato possui obrigação relacionada a indicador financeiro (*covenant*) medido trimestralmente com base no índice de Dívida Financeira Líquida dividida pelo EBITDA acumulado em 12 meses.

- (vi) As operações de ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) contratadas em 6 de novembro de 2015 e 2 de dezembro de 2015 foram devidamente quitadas ao longo do ano de 2016.
- (vii) Em dezembro de 2015 a Companhia obteve junto ao Banco Bradesco, mediante repasse contratado com o BNDES, operação de FINAME no valor de R\$ 3.544 com taxa pré-fixada de 14,63% a.a. e vencimento em 15/12/2020. Os recursos se destinam a aquisição de caminhões para a unidade de Triunfo/RS.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2016	2015
2017	-	258.079
2018	155.638	208.806
2019	156.064	208.806
2020	145.857	174.995
Passivo não circulante	457.559	850.686

a. Índices financeiros (*Covenants*)

Os instrumentos de dívida destinados ao pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A. preveem limites contratuais para indicadores financeiros destinados a monitorar o nível de endividamento (alavancagem) da Companhia, conforme abaixo:

Debêntures

- (i) relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2016 igual ou inferior a 4,0 vezes;
- (ii) relação Dívida Total/Patrimônio Líquido ao final do período findo em 31 de dezembro de 2016 igual ou inferior a 1,5 vezes.

Contrato de Crédito CITIBANK

- (i) relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2016 igual ou inferior a 3,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu os índices (covenants) estabelecidos pelos credores.

18 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores nacionais	21.886	27.085
Fornecedores estrangeiros	267.549	177.908
	289.435	204.993

19 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	2016	2015
Tributárias	506	3.477
Trabalhistas	5.823	3.018
Cíveis	1.257	3.044
Mais valia	11.020	11.020
Passivo não circulante	18.606	20.559

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	13.779	893	505	-	15.177
(+) Complemento de provisão	4.490	1.209	3.000	62.888	71.587
(-) Baixa de provisão	(27.861)	(850)	(493)	(51.868)	(81.072)
(+) Incorporação	13.069	1.766	32	-	14.867
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.477	3.018	3.044	11.020	20.559
(+) Complemento de provisão	2.546	7.145	-	-	9.691
(-) Baixa de provisão	(5.517)	(4.340)	(1.787)	-	(11.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	506	5.823	1.257	11.020	18.606

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

A provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 506 refere-se a honorários advocatícios de êxito proveniente do processo 0001460-69.2014.4.01.3200 – TSA Suframa. O prognóstico de perda possível que não estão provisionados no montante de R\$ 464.299 refere-se à contestação pela Companhia sobre cobrança de autos de infração. Os principais processos são: Fiscalização estadual sob alegação de não pagamento de ICMS substituição tributária processo nº 4.003.845-2 com saldo de R\$ 263.633 (R\$ 263.633 em 2015), diferença de Imposto de Importação em decorrência de não atualização do DCR-E processo nº 10283.722865/2015-40 no montante de R\$ 33.959 (R\$ 33.959 em 2015) e impugnação ao auto de infração 2016000088, lavrado pela prefeitura de Manaus/Amem face da AMZ (incorporada pela Videolar em 2015) referente à retenção de ISSQN na remessa de Royalties no montante de R\$ 72.276.

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 19.568 (R\$ 30.608 em 2015) referentes ao Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 8.561; e Processo 2001.32.00.010129-9 de Inexigibilidade de PIS/COFINS nas vendas internas da Z. Franca de Manaus no valor de R\$ 3.982.

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 175 processos de reclamações trabalhistas.

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 18.742 (R\$ 31.900 em 2015), para os quais a perda é possível e que, portanto, não estão provisionados, no valor total de R\$ 5.823 (R\$ 3.018 em 2015), para os quais a perda é considerada provável, e estão provisionados.

Processos cíveis

A Videolar-Innova figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 118.627 para as quais a perda é possível. A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 27 processos envolvendo principalmente discussões comerciais, sendo a principal delas destacada abaixo:

Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31/12/2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	<u>36.163</u>
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	<u>(7.695)</u>

Em novembro de 2011, a Videolar-Innova foi notificada pelo BNP Paribás quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715 mil.

As partes estão discutindo o valor em litígio em paralelo ao processo, a fim de buscar alcançar um acordo.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.257	312	25	-	15.594
(+) Complemento de provisão	2.422	218	-	52.091	54.731
(-) Baixa provisão	(21.903)	(66)	(9)	(51.868)	(73.846)
(+) Incorporação	34.832	652	-	-	35.484
Saldos em 31 de dezembro de 2015	30.608	1.116	16	223	31.963
(+) Complemento de provisão	6.917	513	1.684	-	9.114
(-) Baixa provisão	(17.956)	(527)	-	-	(18.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19.569	1.102	1.700	223	22.594

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é de R\$ 686.832. Conforme AGE realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia por decorrência das Incorporações no montante de R\$ 131.451.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia estava representado por 1.185.861 ações ordinárias, 363.859 ações preferenciais classe “A”, totalizando 1.549.720 ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (Deemed Cost) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem.

A movimentação de R\$ 9.119 no ajuste de avaliação patrimonial foi devido à reversão do imposto de renda diferido de exercícios anteriores.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 384.552, foi constituído R\$ 19.228 de reserva legal.

d. Dividendos

Em 2016, o lucro líquido foi destinado para reservas legais (R\$ 19.228), reservas de incentivos fiscais (R\$ 322.626) e reservas de lucros (R\$ 42.943). Não há previsão de distribuição mínima de dividendos no estatuto.

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

A AGO de 27 de abril de 2015 autorizou a utilização do saldo de R\$ 42.256, registrado como reserva de retenção de lucros e R\$ 23.474, registrado como reserva de incentivo fiscal, para compensação de prejuízos acumulados de 2014.

Foi destinado o montante de R\$ 42.805 para a constituição da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de outubro de 2015, com a incorporação da Innova, foi constituída uma reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 307.363.

Em 31 de dezembro de 2016 foi destinado o montante de R\$ 322.626 para a constituição da reserva de incentivos fiscais. Sendo R\$ 108.094 do exercício de 2016 e R\$ 214.532 complementando o limitador dos lucros de 2012 a 2015.

f. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 42.943 que está à disposição dos acionistas.

21 Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita operacional bruta	2.408.265	1.273.763
Créditos de incentivos fiscais (nota 28)	95.772	77.144
Impostos sobre as receitas	(439.803)	(212.714)
Devoluções	(15.346)	(8.063)
	<u>2.048.888</u>	<u>1.130.130</u>

22 Custos dos produtos vendidos

	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(1.391.997)	(786.483)
Custo de mercadoria revendidas	(15.597)	(10.592)
Gastos gerais de fabricação	(198.989)	(111.239)
Outros	(5.430)	(50.876)
	<u>(1.612.013)</u>	<u>(959.190)</u>

23 Despesas Administrativas

	2016	2015
Despesas de folha de pagamento	(72.704)	(38.416)
Depreciação	(41.333)	(17.477)
Energia elétrica	(18.537)	(8.215)
Impostos e taxas	(1.950)	-
Provisões	(6.493)	3.957
Impairment	(12.093)	6.295
Honorários advocatícios	(619)	(362)
Conservação de ativos	(5.535)	(2.540)
Despesas de viagens	(691)	(674)
Frete e carretos	(40.354)	(17.508)
Manutenção e reparos	(5.248)	(2.514)
Consultoria e assessoria	(3.400)	(2.820)
Material promocional	-	(198)
Despesas de importação	(2.306)	-
Despesas de seguros	(2.041)	-
Outros	(9.271)	(4.237)
	<u>222.575</u>	<u>84.709</u>

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2016	2015
Venda de ativo	1.086	1.132
Perdas e ganhos com baixa de ativo	(317)	(11.875)
Venda de sucata	1.663	2.991
Receita de locação	9.581	6.879
Resultado de incorporação	-	4.941
Fundopem	20.417	-
Outros	(664)	1.344
	<u>31.766</u>	<u>5.412</u>

25 Receita (despesas) financeiras líquidas

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	6.530	7.346
Variação monetária	5.211	2.425
Descontos Obtidos	888	338
Receita com operações Swap	28.975	43.836
Outros	-	172
	<u>41.604</u>	<u>54.117</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(48.301)	(52.699)
Descontos concedidos	(2.494)	(1.732)
Despesas bancárias	(2.031)	(1.486)
Despesa com operações Swap	(20.642)	(27.215)
Outras	(10.615)	(6.339)
	<u>(84.083)</u>	<u>(89.471)</u>
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	389.828	223.579
Variação cambial passiva	(184.311)	(675.276)
	<u>205.517</u>	<u>(451.697)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2016	2015
Créditos sobre prejuízo fiscal	150.064	92.094
Ajuste de avaliação patrimonial	(50.184)	(86.568)
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	133.933	152.406
Imposto diferido sobre mais valia	(81.245)	(97.566)
Créditos sobre diferenças temporárias:		
- créditos sobre provisões	78.625	154.587
	<u>231.193</u>	<u>214.953</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>231.193</u>	<u>214.953</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 441.362 (R\$ 270.866 em 31 de dezembro de 2015), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	2016	2015
Variações cambiais líquidas	146.805	389.745
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	43.066	41.581
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	1.239	3.298
Perdas estimadas diversas	30.449	9.988
Provisão para contingências judiciais	9.691	10.055
Total provisões (reversões)	231.250	454.667
Alíquota IR e CS -34% e 15%	34%	34%
IR/CS sobre diferenças temporárias	78.625	154.587

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2016 e aprovados pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Videolar-Innova estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	2016
2018	42.900
2019	32.149
2020	22.504
2021 a 2027	52.510
	150.063

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 9.038 registrado como receita em 2016 e R\$ 368.709 registrado como receita em 2015 estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	375.514	(296.274)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(127.674)</u>	<u>100.733</u>
Equivalência patrimonial	-	40.578
IR diferido sobre PF de anos anteriores - não contituído em 2014 e ajustado em 2015	-	58.016
ICMS Subvenção - exclusão permanente	(36.772)	(11.427)
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	133.933	152.407
Outras adições permanentes	12.356	28.402
Diferido sobre avaliações de ativos	<u>9.119</u>	<u>-</u>
Total do IR Diferido	<u>9.038</u>	<u>368.709</u>
Alíquota efetiva	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>9.038</u>	<u>368.709</u>

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	2016	2015
Imposto de renda	647	950
Contribuição social	<u>1.460</u>	<u>1.610</u>
	<u>2.107</u>	<u>2.560</u>

d. Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica ("EFC") no ano de 2015.

27 Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 2.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 2.211 (R\$ 2.169 em 2015).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Administração efetuou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	2016		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
M. L. Parisotto	4	-	107
	4	-	107
	2015		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
M. L. Parisotto	123	-	486
L.A.I.S.P.E Empreendimentos	-	(3.455)	-
	123	(3.455)	486
Ativo	2016		2015
Contas a receber (Nota 9)	4		123
Total de ativos	4		123
Passivo	2016		2015
Outras obrigações	-		(3.455)
Total de passivos	-		(3.455)

As transações acima foram efetuadas conforme condições contratuais estabelecidas entre as partes.

28 Incentivos fiscais

Incentivo	2016	2015
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 21)	95.772	77.144
Benefício financeiro do FUNDOPEM/RS (nota 24)	20.417	-
	116.189	77.144

29 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito
- (ii) Risco de liquidez
- (iii) Risco de mercado
- (iv) Risco operacional
- (v) Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Videolar-Innova a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Videolar-Innova possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	48.726	20.238
Contas a Receber	414.846	315.247
Outros recebíveis	4.514	22.275
	<u>468.086</u>	<u>357.760</u>

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda para liquidação duvidosa, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a Receber.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Valor contábil	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	784.200	326.641	311.702	145.856	-
Fornecedores	289.435	289.435	-	-	-
	1.073.635	616.076	311.702	145.856	-

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) Risco de mercado

a. Risco com taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2016, esses ativos somavam o valor de R\$ 44.685.

	2016	2015
<i>Instrumento de taxa variável</i>		
Aplicação financeira	44.685	16.779
	44.685	16.779

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 10,34% para o ano de 2017, ante a taxa efetiva de 14,00% verificada no ano de 2016.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2016	14,00%	10,50%	7,00%
Aplicações financeiras	44.685	44.685	44.685
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	10,34%	7,76%	5,17%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	1.635	1.224	818

Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor USD

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor USD em 31 de dezembro de 2016. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 310.042.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor USD 12 meses estimada em 2,03% cenário provável para o ano de 2017, ante a taxa efetiva de 1,69% verificada em 31 de dezembro de 2016.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da Libor USD de 2015	1,69%	2,11%	2,53%
Empréstimo Banco Citibank	310.042	310.042	310.042
Taxa anual estimada da Libor USD 12 meses (*)	2,02%	2,53%	3,03%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	(1.023)	(1.302)	(1.550)

(*) A pesquisa Focus não divulga previsões para as taxas de juros Libor USD. Dessa forma, para determinar o cenário provável a Videolar-Innova considerou uma elevação de 20% sobre os níveis correntes de mercado.

Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor EUR

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor EUR em 31 de dezembro de 2016. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 41.691.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor EUR 12 meses estimada em 0,0% cenário provável para o ano de 2017, ante a taxa efetiva de 0,05% verificada em 31 de dezembro de 2016.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da Libor EUR de 2016	(0,08%)	(0,10%)	(0,12%)
Empréstimo Bradesco Europa	41.691	41.691	41.691
Taxa anual estimada da Libor EUR 12 meses	(0,10%)	(0,12%)	(0,15%)
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	8	8	13

Análise de sensibilidade à variação da taxa TJLP

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da TJLP em 31 de dezembro de 2016. Nestas condições, a Companhia apresentava valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 34.639.

A expectativa de mercado indicava uma taxa de TJLP estimada em 7,00% cenário provável para o ano de 2017, ante a taxa efetiva de 7,50% verificada no ano de 2016.

	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da TJLP de 2016	7,50%	9,38%	11,25%
Empréstimo BNDES	34.639	34.639	34.639
Taxa anual estimada da TJLP 12 meses (*)	7,00%	8,75%	10,50%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	173	218	260

(*) O cenário provável utilizado pela Videolar-Innova para a TJLP considerou uma redução de 0,50 p.p. sobre os níveis correntes de mercado, em linha com as expectativas gerais para o movimento de redução das taxas básicas de juros no Brasil.

b. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

		2016		2015	
		Valor nominal moeda estrangeira Em \$'000	R\$ Mil	Valor nominal moeda estrangeira Em \$'000	R\$ Mil
Empréstimo B.Brasil	USD	14.890	48.529	36.501	142.529
Empréstimo Citibank (*)	USD	95.131	310.042	100.878	393.908
Debêntures	USD	106.204	346.130	119.510	466.665
Empréstimo Bradesco	EURO	12.125	41.691	27.477	116.791
Fornecedores Estrangeiros	USD	79.162	257.998	40.240	154.217
Fornecedores Estrangeiros	EURO	2.778	9.551	4.888	18.734

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

(*) A Companhia possui um contrato de SWAP USD-EUR com o Banco Santander no equivalente ao empréstimo com o Banco Citibank.

Transações de swap cambial

A Companhia realizou derivativos financeiros em dólares norte-americanos e euro, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares ou euros, observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e pagará a diferença entre a variação cambial em dólares ou euro observada no período, sobre o valor em dólares norte-americanos ou euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu no resultado financeiro os ganhos de R\$ 20.672 neste tipo de operação referente ao contrato que estava em aberto nesta data e o volume total protegido é de US\$ 95.131 mil e EURO 84.232 mil.

Vencimento	Ativo (USD)	Passivo (EUR)	Paridade EUR/USD	Valor USD	Ajuste USD	Taxa USD	Ajuste RS
25/09/2020	95.131	84.232	1.0541	88.789	6.343	3.2591	20.672

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2016. A Videolar-Innova considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de R\$ 3,2591 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e

- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do dólar

	Valor de referência US\$ 000	Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		2,4443	1,6296	4,0739	4,8887
Banco do Brasil	14.890	36.396	24.265	60.660	72.793
Banco Citibank - 4131	95.131	232.529	155.025	387.554	465.067
Debêntures	106.204	259.594	173.070	432.664	519.199
Fornecedores Estrangeiros	79.162	193.496	129.002	322.498	386.999

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de R\$ 3,4384 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do euro

	Valor de referência EUR \$000	Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		2,5788	1,7192	4,2980	5,1576
Banco Bradesco Europa	12.125	31.268	20.845	52.113	62.536
Fornecedores Estrangeiros	2.778	7.164	4.776	11.940	14.328

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”):

	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
<i>Ativos financeiros</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.041	3.459	4.041	3.459
Aplicações financeiras	44.685	16.779	44.685	16.779
Contas a receber	414.846	315.247	414.846	315.247
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	2.107	2.560	2.107	2.560
Impostos a recuperar	16.551	22.707	16.551	22.707
Total	482.230	360.752	482.230	360.752
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	784.200	1.184.284	784.200	1.184.284
Fornecedores	289.435	204.993	289.435	204.993
Obrigações fiscais	8.521	7.534	8.521	7.534
Total	1.082.156	1.396.811	1.082.156	1.396.811

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos	784.200	1.184.284
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(48.726)	(20.238)
Dívida bancária líquida	735.474	1.164.046
Patrimônio líquido	1.525.394	1.149.961
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.260.868	2.314.008
Relação patrimônio líquido e dívida bancária líquida	0,48	1,01

30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 2.099.351 para danos materiais, R\$ 525.310 para lucros cessantes, R\$ 50.000 para responsabilidade Civil Geral e R\$ 15.000 para Seguro de Riscos Ambientais.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura era de R\$ 3.000 para embarques terrestres e R\$ 8.000 para embarques aéreos e aquaviários. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 30.000 mil exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 mil para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 5.000 mil para demais mercadorias amparadas pelo presente seguro, por veículo/viagem aérea ou acúmulo e US\$ 2.000 mil por veículo/viagem rodoviária. Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 4.500 mil exclusivamente para etilbenzeno e estireno e US\$ 500 mil para as demais mercadorias por veículo/embarcação/aeronave/viagem ou acúmulo.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 26 vezes para morte natural e 52 vezes para morte acidental, limitados a R\$ 1.600.000,00 de cobertura.

31 Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, ao contrato de locação com a Petrobrás referente ao Duto instalado entre o porto da Petrobras e a Videolar-Innova com o objetivo de levar o Monômero de Estireno para dentro dos silos da Videolar-Innova na unidade IV em Manaus. Este contrato tem o prazo de vencimento em 31 de janeiro de 2017 com o valor mensal de R\$ 325.

O contrato de locação de equipamentos refere-se à locação de cilindro para nitrogênio firmado com a empresa WhiteMartins por um prazo indeterminado.

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto - Diretor-presidente e residente Manaus
Claudio Rocha Filho - Diretor de operações e recursos humanos
Rubén Eduardo Madoery - Diretor comercial
Sergio de Oliveira Machado - Diretor industrial
Mario Daud Filho - Diretor jurídico e de compliance

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto
Elie Linetzky Waitzberg
Tania Maris Vanin Parisotto
Phillip Wojdyslowski

Contador

Antonio Carlos de Barros
CRC SP 193.292/O-6